

## INTRODUÇÃO

### **Jornalismo e conhecimento em tempos de capitalismo pandêmico: um manifesto à totalidade concreta**

**Felipe Simão Pontes**

Universidade Estadual de Ponta Grossa | felipesimaopontes@gmail.com

**Marcos Paulo da Silva**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | marcos.paulo@ufms.br

**Rafael Bellan Rodrigues de Souza**

Universidade Federal do Espírito Santo | rafaelbellan@yahoo.com.br

[editores convidados]

Ponto de partida: este não é um debate exclusivamente epistemológico. O objetivo aqui proposto é pensar o jornalismo em sua natureza ontológica, como parte da totalidade concreta. Significa entender a prática do jornalismo a partir das atividades de mulheres e homens jornalistas, em relações sociais concretas. O exercício está alicerçado no arcabouço do materialismo, que tem por pressuposto que “as categorias expressam formas de ser, determinações da existência” (MARX, 2011, p. 59).

Nossa reflexão se edifica como uma crítica ao caráter sistêmico atribuído ao jornalismo – mesmo no interior das mais bem intencionadas abordagens teórico-metodológicas,

heranças (muitas vezes desavisadas) das tradições da teoria dos sistemas e da teoria da informação, arcabouços caudatários da lógica de explicação e manipulação neopositivista (LUKÁCS, 2012). Entendemos que o engendramento das relações capitalistas contemporâneas envolve o uso da linguagem matemática e computacional com vistas à manipulação das relações de sociabilidade e à sua integração à lógica do metabolismo do capital. O argumento da irresistibilidade do (e da necessidade de integração ao) sistema para compreensão da crise contemporânea do jornalismo num contexto de “desinformação” (termo grafado aqui entre aspas para pavimentar o raciocínio que emergirá à frente) tende a reforçar a dependência de categorias decorrentes do *status quo*.

A discussão epistemológica do jornalismo, a partir da erosão de alguns de seus estatutos históricos – o principal deles, talvez, erigido em torno da relação fiduciária com a ideia de verdade – localiza-se numa espécie de epiderme da problemática, que acaba por eclipsar a totalidade à qual o elemento jornalismo (como complexo parcial) integra: a estrutura do modo capitalista de produção contemporâneo.

Ressaltamos a necessidade de uma crítica ao fragmento de totalidade mecânica à qual a relação informação/desinformação é trabalhada epistemologicamente para tratar do jornalismo. Parte do problema está na visão sistêmica que costuma atribuir propriedades à informação e à tecnologia literalmente como *deus ex machina*, como se as soluções pairassem sobre o mundo num tipo moderno de idealismo. Como se a tecnologia não estivesse enredada em uma totalidade maior, ou seja, como parte do próprio sistema sociometabólico do capital (MÉSZAROS, 2002). Por mais tecnologicamente desenvolvidos que os sistemas midiáticos contemporâneos possam aflorar (terabytes, 5G, 6G, 8K e outras tecnologias que alterariam o “ecossistema midiático”), estes não escapam ao – ou, pelo contrário, somente existem no – modo de produção de nosso tempo: o capitalismo neoliberal experienciado no turbilhão de crises constantes. Situação que se torna mais aguda no contexto de uma pandemia, que tomou proporções conformadas à própria lógica do capital.

Portanto, nossa responsabilidade em pensar o tema deste dossiê, **Jornalismo e conhecimento em tempos de capitalismo pandêmico e expansão da desinformação**, com base na concepção de totalidade concreta, advém da radicalidade do contexto histórico que martela em nossas faces: a maior crise sanitária dos últimos 100 anos, que ceifou (e continua a ceifar) quase 6 milhões de vidas humanas e que expõe as fraturas intrínsecas de um projeto capitalista global calcado no cinismo e na concentração de capital e de privilégios. Afinal, como pensar separadamente o jornalismo de um projeto de poder que instrumentaliza a ciência (instituição importante para o desenvolvimento e para o projeto emancipatório da modernidade ocidental), ao não permitir a quebra humanitária das patentes das vacinas, esculpindo uma vez mais um mapa-múndi desigual?

Dados do relatório global de perspectivas econômicas elaborado pelo Banco Mundial – paradoxalmente, uma entidade incrustada no próprio coração do sistema financista internacional – revelam (sob a forma de denúncia cínica) que, até o fim de 2021, menos de 10% das populações dos países subdesenvolvidos ou periféricos havia recebido ao menos uma dose da vacina contra o vírus Sars-Cov-2 (THE WORLD BANK, 2022). A informação contrasta com a taxa de 80% de vacinação das populações dos países do chamado “mundo desenvolvido”. As diferenças, entretanto, não são apenas globais, e estão no

interior de um país com heranças históricas de desigualdade, como é o nosso. Para efeitos de exemplificação, como roteiro da tragédia nossa de cada dia, recorda-se que umas das primeiras vítimas fatais da Covid-19 no Brasil, ainda em março de 2020, foi uma empregada doméstica, mulher trabalhadora negra e pobre, de 63 anos, que contraiu o vírus na residência em que trabalhava no bairro carioca do Alto Leblon, metro quadrado mais caro do país, após uma viagem da patroa à Itália. Sim, a Covid-19 é uma doença com taxas de contágio sem precedentes, mas seu impacto mais cruel ocorre nas populações mais vulneráveis, com recorte significativo de classe, gênero e raça.

Como pensar, então, o jornalismo apenas como episteme e fora dessa concepção de totalidade que inunda nossa vida cotidiana? Uma das chaves de leitura aqui proposta origina-se no pensamento de Adelmo Genro Filho (2012), teórico brasileiro do jornalismo que em 2021 completaria 70 anos, não fosse a precoce morte, em 1988. A crítica ao sistemismo a partir de sua perspectiva consiste em uma forma de constituir esta problemática – muitas vezes tratada de forma reificada. Novamente, salientamos expressões apologéticas incorporadas pela academia, a exemplo de “ecossistema jornalístico” (ANDERSON; BELL; SHIRK, 2013), tomadas irrefletidamente como arcabouço para o debate.

Compreendemos, por outro ângulo, que quando a crítica à crise contemporânea do jornalismo é erigida na relação informação/desinformação, perde-se de vista a totalidade à qual essa relação está subsumida. Na esteira do legado de Genro Filho (2012), uma reflexão para além do sistemismo deve envolver um processo de busca do concreto pensado (MARX, 2011), resultante da compreensão das contradições e das mediações de uma totalidade concreta. A práxis de conhecimento da realidade social se dá na dimensão material das processualidades e das engrenagens da produção social humana. Nesse ínterim, é impossível refletir e intervir sobre o jornalismo em contexto de circulação digital sem avaliar o esteio dos imperativos delimitantes da autorreprodução do capital. Mészáros (2002) recupera a metáfora marxiana do metabolismo social para demonstrar a incontabilidade expansionista da reprodução do capital, que, como uma espécie de segunda natureza, corrói o mundo do trabalho e a sociabilidade, bem como potencializa os estranhamentos e as reificações, destruindo o meio ambiente e a força humana de produção.

A pandemia de Covid-19 atingiu grau acelerado de descontrole ao se disseminar em um mundo social pautado nessa lógica de reprodução do capital. Em fase descendente, o metabolismo social possibilita alto grau de corrosão da natureza, enquadrada sob a égide do lucro, e as vidas humanas são colocadas de lado, visto que o funcionamento da ordem expressa, em sua processualidade normal, um cenário cada vez mais amplo de barbárie social, produto da crise estrutural do sistema de reprodução sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2002). Antunes (2020, n.p) aponta que há uma inter-relação entre a explosão da pandemia e os altos índices de empobrecimento e de miséria que atacam a classe trabalhadora em nível global. Isso porque parcelas enormes de desempregados e trabalhadores informais são afrontados pela precarização ilimitada de suas condições de vida. É o capital pandêmico.

Ele tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende

do próprio trabalho para sobreviver. A classe burguesa, incluindo seus séqüitos de altos gestores, tem seus fortes instrumentos de defesa (recursos hospitalares privilegiados, condições de habitação que lhes permite escolher as melhores condições de realizar suas quarentenas etc.) enquanto na classe-que-vive-do-trabalho a luta é para ver quem consegue sobreviver.

O capitalismo pandêmico é mister na sua distinção, no que tange à penalização das classes sociais, pois a morte e a expansiva contaminação atacam com rigor acentuado os corpos negros, proletários, femininos, em países subalternos à economia financeira global. O caso do Brasil é paradigmático. Aqui, a economia destruída se soma a uma direção política de viés neofascista, que abraça o negacionismo irracionalista e arremessa o país em uma profunda depressão, um verdadeiro “cemitério coletivo” (ANTUNES, 2020, n.p).

As tecnologias de informação e comunicação, lugar privilegiado de circulação das produções jornalísticas, são espaços acentuados das cadeias produtivas de valor. Os algoritmos que comandam inúmeras atividades humanas são parte da maquinaria digital, criam um território que, longe de neutro, enrijece as infóvias de circulação arquitetadas pelo capital financeiro. No contexto pandêmico, o capital intensifica seus experimentos voltados a incrementar a produção de mais-valia, desenhando um receituário instrumentalizado pelo uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para avançar em novas formas de exploração do trabalho. A crise aviltante e perene que se desenha nas últimas décadas não pode ser corrigida nos parâmetros do próprio capitalismo pandêmico. Sem um novo modelo metabólico de organização social, corre-se o risco de colocar as vidas humanas em um interminável ciclo de morte e destruição, quadro que possibilitou a expansão desenfreada do vírus, em um corpo social global já doente pela barbárie social vigente.

Entrecruzando o território digital como uma consciência prática alimentadora do modo de vida imperante e estranhado de reprodução do capital, está a ideologia irracionalista. Essa maquinaria, longe de um sistema autocentrado e equilibrado, produz e reproduz a ordem vigente, com a ampliação de estranhamentos já presentes na vida cotidiana e operando como *locus* hegemônico de confirmação dos pressupostos da ordem capitalista. Os obstáculos dados a uma práxis noticiosa clivada por uma ideologia emancipatória (MÉSZÁROS, 2004) se avolumam.

Assim como a ampliação do irracionalismo, também há nessa esfera a desintegração da credibilidade em torno de formas institucionais consideradas, até então, como relativamente estáveis para a democracia liberal ocidental, como a ciência, a justiça, o ensino formal, o estado democrático de direito e, por óbvio, o jornalismo. Parte do mesmo complexo, a plataformização do trabalho e das relações sociais atravessa a produção jornalística, modificando-a. O negacionismo da crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, como instrumento do capitalismo pandêmico, produz intensos desafios para a ciência e para o jornalismo, enquanto a pilhagem de vidas humanas ainda se acumula. As relações entre conhecimento, política, economia e formação de consciências, desta feita, exige dos pesquisadores interessados no jornalismo um olhar crítico e dialético. O paradoxo informação/desinformação não dá conta de explicitar as relações comunicacionais nessa conjuntura, sob pena de legitimar (mesmo nas leituras críticas) o modo de produção em voga.

## Desinformação, um oxímoro com consequências políticas

A teoria deveria teimar em suspender as concepções que advêm do senso comum (aqui entendido como *doxa*), com vistas a oferecer uma visada qualificada sobre determinados fenômenos. Acontece que, nos estudos de jornalismo, há uma tendência fortíssima de reprodução de conceitos que emergem da prática profissional e mesmo do uso comum mais amplo, sem a devida reflexão do que isso significa para a teoria e para a prática. É o caso da concepção de “desinformação”.

Parte da confusão terminológica com implicância no terreno teórico-conceitual recai na própria incorporação da semântica “desinformação” nas pesquisas acadêmicas recentes em língua portuguesa, em especial naquelas erigidas após o ano de 2016, que marcou a ascensão de processos comunicativos imbricados em fenômenos políticos conservadores, como a eleição presidencial de Donald Trump, nos Estados Unidos, e a campanha do Brexit, movimento que culminou na saída do Reino Unido da União Europeia. Como termo corrente nas pesquisas em língua portuguesa, todavia, poucas vezes os estudos passaram a demarcar as diferenças conceituais, por exemplo, entre as acepções de “*misinformation*” e “*desinformation*”, em língua inglesa, ambas traduzidas no Brasil como “desinformação”. Em termos estruturais, trata-se de fenômeno semelhante à introdução do termo “noticiabilidade” como conceito em língua portuguesa sem guardar o devido distanciamento da tradução de “*newsworthiness*” na semântica anglófila. Nesta, a concepção de “*news*” é mais alargada e parece não se resumir às notícias como formas simbólicas oriundas dos meandros do campo jornalístico (ou seja, embora a ideia de “notícia” também seja utilizada por aqui como sinônimo de “novidade” nas esteiras da vida cotidiana, a concepção de “noticiabilidade” passou a ser correntemente resumida ao interior das lógicas próprias do campo profissional – o *newsmaking* –, desconsiderando sua dimensão de natureza cognitiva) (SILVA, 2013).

Pois bem: em um retorno à noção de “desinformação”, seu uso recente e corrente pela academia tem desconsiderado, por exemplo, o caráter normativo dado ao termo no interior do hiato entre as significações das ideias de “*misinformation*” e “*desinformation*”. Em artigo que precede o marco temporal de 2016, Karlova e Fisher (2013, online) já sublinhavam a necessidade de compreensão das diferenças entre as noções. De acordo com eles, embora o *Dicionário Oxford* defina “*misinformation*” como “*wrong or misleading information*” (“informação errada ou enganosa”, em tradução livre), poucas pesquisas têm se debruçado sobre a discussão do tópico em detalhes. A provocação dos autores tem como base a obra *Information and misinformation: an investigation of the notions of information, misinformation, informing, and misinforming*, de Christopher Fox, publicada em 1983, na qual afirma, em termos conceituais, que uma informação não precisa necessariamente ser verdadeira (“*information need not be true*”) e que a “*misinformation*” deve ser entendida como uma espécie de informação que, embora falsa, não deixa de ser informação – logo, pode ser informativa.

Já “*disinformation*”, segundo Karlova e Fisher (2013), deriva do termo russo “*dezinformaciija*”, cunhado nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, no contexto da União Soviética, provavelmente como resultado da política de controle informativo do estado stalinista, sendo descrita pelo *Dicionário Oxford* como uma informação deliberadamente

falsa. Na prática, as pesquisas recentes têm trabalhado a concepção de “*disinformation*” como uma modalidade de “*misinformation*”. Isto é, nas palavras de Karlova e Fisher (2013, online, tradução nossa), “a despeito de a ‘*disinformation*’ poder compartilhar propriedades com a informação e com a ‘*misinformation*’ (por exemplo, verdade, precisão, integralidade e atualidade), a ‘*desinformation*’ é deliberadamente uma informação enganosa (‘*deceptive information*’)”. Para esta reflexão, interessam particularmente os desdobramentos do achatamento da complexidade do fenômeno movida pelo uso desenfreado da terminologia genérica “desinformação”, sem devida atenção a seu caráter normativo (informar tem sido tratado como ação necessariamente verdadeira e desejável do ponto de vista ético-político).

Outro ponto que merece destaque diz respeito à ênfase – por que não dizer insistência? – das pesquisas em comunicação e em jornalismo nos aspectos conteudísticos da “desinformação”. No terreno das linguagens, Barthes (1982, p. 199 e 203, grifo nosso) é preciso ao destacar que um “mito” – na acepção semiológica do conceito – constitui “um sistema de comunicação, uma mensagem, [...] ele é um modo de significação, *uma forma*”. A constituição de mitos, nesse ínterim, “faz parte simultaneamente da semiologia, como ciência formal, e da ideologia, como ciência histórica: ela estuda a *ideia-em-forma*”. O que o semiologista francês caracteriza como “mito”, portanto, inscreve-se na dimensão expressiva – no caráter formal em si – das mensagens (não por acaso, Barthes escolhe a assertiva “todo mito é uma fala” para abrir um de seus principais ensaios em *Mitologias*). A desinformação se estabelece, assim, também como uma espécie de “mito”, em sua acepção semiológica, e passa a representar ela própria uma “ideia-em-forma”; por isso, deve ser – como alude Barthes – objeto também da ideologia como ciência histórica; o que, uma vez mais, ratifica o caráter de oxímoro ao qual chamamos a atenção.

A miscelânea de dinâmicas informativas que tem sido denominada sob o rótulo genérico da “desinformação” se inscreve no mundo histórico como fenômeno complexo que encontra terreno fértil em padrões culturais hegemônicos pavimentados na vida cotidiana – e assim se apresenta porque, sem tal respaldo, não haveria a disseminação desenfreada dessas formas simbólicas (e não propriamente de seus conteúdos) na sociedade. As formas – ou as “ideias-em-forma”, para valerem-nos do raciocínio de Barthes – se adensam sobre os conteúdos. A desinformação se manifesta, portanto, na própria sublevação das formas – e não ao contrário, em sua negação, supressão ou cessação, como o prefixo “des”, em sua origem etimológica, indica.

A esse problema de tradução e incorporação do termo “desinformação” nas pesquisas brasileiras, bem como da contradição formal que informação e desinformação revelam, somamos uma compreensão mais tecnológica e “matemática” que, a nosso ver, estrutura a questão e reforça o oxímoro. Ao retornarmos para algumas das proposições clássicas sobre o conceito de informação, percebemos que o termo “desinformação” pode até ser um ajuste da evolução semântica da fala, mas é um erro teórico para explicar as complexas interconexões entre tecnologia, política e jornalismo.

Trazemos o conceito de informação como trabalhado pela teoria da informação, mais especificamente na teoria matemática da informação, de Shanon e Weaver. Ao expor o que seria o conceito de informação de Shanon, Weaver (1972, p. 28) destaca que “a palavra informação não se refere tanto ao que você efetivamente *diz*, mas ao que *poderia*

dizer. Isto é: informação é uma medida de sua liberdade de escolha quando seleciona uma informação”. O próprio autor, na sequência, ratifica a concepção:

O conceito de informação não se aplica às mensagens individuais, como seria o caso do conceito de significado, mas sim à situação como um todo; a informação indica que, nesta situação, tem-se um grau de liberdade de escolha na seleção da mensagem que convém encarar como uma quantidade padrão correspondente à unidade (WEAVER, 1972, p. 28).

A consequência mais imediata dessa definição é de ordem estatística. Quer dizer, quanto mais desenvolvidos os canais de comunicação, quanto mais capacidade combinatória um canal de comunicação oferece para o emissor da mensagem, mais informação envolvida. Estender a capacidade de opções a emissores e receptores, independentemente do significado das mensagens, aumenta a quantidade de informação envolvida. Basta indicar, para isso, neste nosso contexto infotelecomunicacional, que a capacidade técnica de processamento de dados otimiza a capacidade de opções para transmitir a informação – e, portanto, a “situação como um todo”. Há um conjunto de consequências dessa evolução, em termos de capacidade combinatória, para os processos de comunicação humana, que aqui somente mencionamos sumariamente.

A segunda consequência dessa definição de informação diz respeito à concepção de entropia e sua influência sobre o significado de determinadas mensagens. Seguindo a concepção advinda do campo da física, a entropia diz respeito a todo e qualquer elemento que aumente o grau de incerteza de uma situação. Weaver (1972) avança para indicar que o aumento da probabilidade de escolhas em dado processo comunicativo aumenta também a incerteza. Mais informação tende a significar mais entropia. Essa situação interfere diretamente na dimensão semântica, uma vez que quadros de organização da informação permitem o ajuste para que a intencionalidade do emissor seja compreendida pelo receptor. Esse ajuste ocorre através de mecanismos de redundância que tendem a reduzir o processo de entropia. O movimento de desorganização ocasionado pelo aumento da entropia e seu ajuste sob o aperfeiçoamento dos processos de redundância aumentam o complexo informativo – quer dizer, aumentam as possibilidades combinatórias sob o domínio dos participantes do processo (sujeitos e máquinas). Caberia ainda oferecer o potencial que o *feedback* traz para esse processo, o que apenas fica indicado aqui, sem oferecer desenvolvimentos que igualmente seriam necessários para entendimento desse complexo. Peremptoriamente, a entropia – tudo que pode gerar caos ao ambiente sistêmico – movimenta a própria engrenagem do sistema no sentido de sua expansão. A entropia é parte do sistema.

A terceira consequência, a mais básica e também a mais complexa, indica que o aumento da possibilidade de informação – tanto de âmbito técnico quanto semântico – interfere na organização da totalidade social. Permite compreender como o aumento da capacidade comunicativa interfere nos processos de socialização, dinâmica mais estrutural que pressupõe o compartilhamento dos códigos básicos que estruturam e tornam possíveis as relações sociais. A complexificação e a universalização crescente do âmbito técnico operativo e semântico interferem no processo de constituição do sistema.

Essas três consequências básicas precisam ser trabalhadas conjuntamente, pois decorrem dos meios de produção que fundamentam as TICs – inclusive para o próprio entendimento do que significa, na prática, a “desinformação”. O que a literatura majoritariamente define como “desinformação” não guarda relação com esse sentido de informação que orienta o processo de desenvolvimento tecnológico e ideológico dos últimos 80 anos. A “desinformação”, ainda que possa ser associada a uma dimensão entrópica do sistema, não significa – como debatido há pouco – o contrário de informação. O que é chamado de “desinformação” não está no âmbito estatístico e técnico, pois o aumento da capacidade de armazenamento e processamento de dados é fundamento desse fenômeno. A chamada “desinformação” está intrínseca ao todo informativo. A desinformação se apoia, reforça e forja comportamentos em diálogo com as relações sociais estruturantes de comunidades e da sociedade de modo geral. Está em permanente diálogo com a cultura. E, principalmente, com a economia. A “desinformação” é informação. Situação que gera um desencaixe em análises que respondem às situações de mentiras, difamações, calúnias e erros com “mais informação”.

Esse processo de complexificação da informação não ocorre assim, solto no ar, como a lenda do Barão de Munchausen. Ela encontra sentido e concreção nas relações sociais por sua associação ao (e gênese no) sistema capitalista. Trabalhar para converter a realidade em informação (inversão da realidade pelo seu espelhamento, como aponta Lukács) e complexificar tecnologicamente as possibilidades técnicas e semânticas de interferência nas relações sociais constituem dinâmicas associadas à capacidade de produção de mais-valia. A tal ponto que informar – como já destacado – passou a representar a primeiridade da forma sobre o conteúdo, do mesmo modo que a mais-valia sobrepujou o valor de uso. Em um consórcio íntimo, a informação se tornou mecanismo de produção de valor.

Cada byte e cada clique se convertem em valor. Situação complexa que envolve diretamente a produção, a circulação e o consumo de mercadorias. Romper todas as barreiras à circulação da informação responderia aos problemas gerados pelo próprio sistema. *Mutatis mutandis*, a sociedade se desenvolveria e se livraria de suas amarras com a livre circulação do capital. Neoliberalismo e informação se combinam em diferentes tons e se interpenetram com o imperialismo dos grandes conglomerados que dominam sistemas infotelecomunicacionais, em associações com outros setores do capital. Um complexo que se articula com outros complexos (LUKÁCS, 2012).

A “desinformação” está intimamente associada a esse complexo. A desinformação produz valor pecuniário imediato e mediatamente alimenta a indústria de “desmentidos”. Como fator semântico entrópico, possibilita a expansão do sistema e é resultado de sua expansão. Do mesmo modo, exponencia as contradições do capital, entre as quais o irracionalismo é o resultado mais imediato e o aumento das desigualdades e das mortes são suas consequências mais perversas. As indicações das contradições da etimologia, da forma e da técnica culminam abstratamente na própria operacionalidade do metabolismo do capital. Ainda que, na realidade, este último seja seu ponto de partida (MARX, 2011).

## O sistemismo como falsa totalidade e o jornalismo

Genro Filho (2012, p. 88) sintetiza, em sua crítica, de matriz ontológica, que a noção de sistema pretende substituir a perspectiva de autoconstrução humana, apontando que “a

ideia de *práxis* não pode ser abandonada pela de *informação* e, muito menos, a ideia de homem como sujeito pela ideia do homem *como parte de um sistema*, passível de controle e manipulação absolutos”. Ao tratar os sistemas comunicacionais como processos que pairam acima da luta de classes e de seus interesses, cimentando as propriedades desses sistemas em uma teleologia norteada pela integridade e pela funcionalidade, as perspectivas teóricas alicerçadas no sistemismo congelam processos fenomênicos em modelos matemáticos – tanto no âmbito epistemológico quanto no ontológico (manipulativos).

Sob a lógica do sistemismo, os seres humanos se tornam apêndices das máquinas de informação/desinformação, assumindo papel de transmissores e realimentadores das lógicas inerentes aos sistemas, sendo representados como agentes mecânicos incapazes de produzir rupturas na totalidade. Aceitando-se a forma (expressão aparente de conteúdos) e o território de disseminação das expressões comunicacionais sem inseri-las na rede de complexos sociais substantivos, as operações de soluções “informativas” à desinformação (*fact-checking*, *true news*, etc.) tentam mudar a chave aparente, mas ainda rodam nos limites da ordem sistêmica, visto que não colocam em xeque as engrenagens da maquinaria. A ausência da dialética na compreensão da totalidade faz com que as contradições sejam reduzidas a conflitos não antagônicos e apresentam o sujeito histórico sempre subordinado ao sistema. Afinal, como lembra Genro Filho (2012, p. 75),

se o capitalismo é um sistema integrado e articulado que tende a reproduzir-se à margem de fins humanos conscientemente definidos, nem por isso a história, enquanto totalidade que possui um passado e futuros possíveis pode ser reduzida ao automatismo sistêmico desse modo de produção.

A dialética fenômeno/essência fica comprometida nas teorizações sistêmicas, gerando um apagamento das mediações entre singular e universal, mediante uma falsa totalidade holística. A realidade social é fixada em uma objetividade estática, passando a impressão de ser uma espécie de natureza não reconhecível como resultante da atividade humana. O risco dessas teorizações sistêmicas é a racionalização formalista (abstraindo as determinações históricas dos fenômenos em tela) e a hipostatização de elementos não necessariamente predominantes, como o potencial normativo necessariamente positivo da informação para as ditas sociedades democráticas. A análise do jornalismo e sua circulação no território digital envolto na malha do oxímoro informação/desinformação de base sistêmica seapresenta como reificação, induzindo aos seus intérpretes uma práxis utilitária, que reduz os seres humanos ao papel de realimentadores de uma totalidade falsa, inerte, visto que objetifica processos cujas mediações só podem ser compreendidas com o suporte da dialética. Com o falso diagnóstico, e falso problema, o risco é a indução à falsa prática.

O ponto de vista da totalidade concreta nada tem em comum com a totalidade holística, organicista ou neo-romântica, que hipostasia o todo antes das partes e efetua a mitologização do todo. A dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado, que determina as partes, porquanto à própria determinação da totalidade pertencem a gênese e o desenvolvimento da totalidade, o que, de um ponto de vista metodológico,

comporta a indagação de como nasce a totalidade e quais são as fontes internas do seu desenvolvimento e movimento (KOSIK, 2002, p. 59).

A mistificação dos sistemas de comunicação – lembra-se que, afinal, na acepção de Barthes (1982), “todo mito é uma fala” – produz uma materialidade cimentadora da ordem vigente. Isso porque, mesmo em modalidades críticas, o sistemismo aparta a epistemologia da ontologia e fragmenta os processos de conhecimento, isolando-os da vida concreta dos seres sociais. Mesmo com expressões que acenam para uma ideia de todo, há uma forte tendência ao formalismo nessas abordagens. Seguem princípios de uma holística e metáforas inspiradas em circuitos cibernéticos, bem como noções que aludem a processos complexos, mas, ao sublimar essas realidades específicas (sistemas comunicacionais isolados das dinâmicas econômico-materiais), esses circuitos parciais são explicitados como se produzidos por princípios que lhe são internos. O formalismo dessas teorizações impede a compreensão sobre o conjunto de determinações materiais, mediações e contradições dos processos vivos do “complexo de complexos” (LUKÁCS, 2013) que compõem uma totalidade concreta. Perde-se a totalidade concreta, e resta aos indivíduos acreditarem que suas interações subjetivas são os fatores determinantes para a composição desse todo formal relativizado, ocultando o papel da lógica mercantil nos sistemas de comunicação, bem como a expropriação do trabalho humano, *locus* da geração de valor.

A crítica materialista dialética ao sistemismo e a seus símiles epistêmicos – perspectiva aqui assumida – expõe o conteúdo social dessas teorias, evidencia que o ser humano histórico e concreto tende a refletir seu pensamento em conexão com a posição que ocupa nas mediações produtivas e reprodutivas de suas condições de vida. As formas de consciência se desenvolvem na interação com as múltiplas determinações do ser social, sendo que as relações sociais e as relações econômico-materiais são elementos em constante movimento dentro de uma totalidade concreta. Não há complexo social independente da produção humana da vida (RANIERI, 2011). As teorizações interessadas em compreender a potência do jornalismo no ambiente hegemônico das redes sociotécnicas, quando abandonam a leitura sobre a complexidade dinâmica do todo social, tendem a abstrair o fato de que a formação de consciências (processos emancipatórios de conhecimento) existe apenas em “estreita conjugação com as determinações gerais da estrutura social” (MÉSZÁROS, 2009, p. 17).

Assim, irrefletidamente, teorias holísticas cristalizadas, por mais que pareçam racionais e lógicas (camufladas sob o invólucro de exatidão), tendem com frequência a disseminar abstrações formais desconectadas de suas ramificações históricas. Sobra uma aparência cognitivamente atraente, explicativa, mas que oculta em seu invólucro a dialética entre estrutura e história.

O problema é que os pressupostos materiais ou substantivos em questão – referentes aos objetivos humanos – são inerentemente qualitativos em suas determinações. A absurda tentativa “utilitarista” de reduzir essas qualidades humanas concretas a quantidades abstratas, a fim de poder aplicar-lhes sua medida formal de proporcionalidade, como base de juízo de valor, tem como modelo as relações valorativas formais/redutoras universalmente reafirmadas do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 31).

O sistemismo, que se apresenta como racional e científico, viola as categorias da razão, porque seu formalismo transforma elementos específicos – como o capital, as redes sociotécnicas, as relações sociais estranhadas, a informação que circula nas TICs – em condições absolutas de produção social historicamente intransponível. Ao legitimar a racionalidade formal do capital, legitima-se a irracionalidade substantiva desse modo de produção.

As respostas que querem, pela via do próprio sistema (visto isoladamente das dinâmicas econômicas e materiais historicamente constituídas), solucionar os problemas aos quais os próprios sistemas comunicacionais são propulsores, capturam parte das teorias sobre o jornalismo na dita era da “desinformação”. Normativamente, propondo uma salvaguarda para a dinâmica de produção noticiosa, o jornalismo defendido como “crença verdadeira e justificada” aparece como uma solução aos problemas que, em uma perspectiva de totalidade concreta, ele não pode solucionar sem aludir à práxis emancipatória dos sujeitos históricos.

## O jornalismo como conhecimento e como práxis crítico-emancipatória

Logo, o que explica a realidade não é a “totalidade sistêmica” e sim a “totalidade concreta” não é a “informação” e sim a “*práxis*”. Essas são as categorias que expressam o axioma teórico fundamental para desvendar o mundo e suas conexões mais gerais. A *práxis* expressa a síntese mais profunda da relação entre o homem e o universo, na medida em que capta tanto a diversidade como a unidade, de um ângulo ontologicamente superior, ou seja, do ângulo da apropriação crescente do mundo natural pela atividade e o pensamento humano (GENRO FILHO, 2012, p. 77-78).

Encontramos em Genro Filho, portanto, um ponto de partida para pensar o jornalismo no contexto do capitalismo pandêmico, entrecortado pelo fenômeno da “desinformação”. Mais do que aferir se suas propostas respondem a todas as questões do nosso tempo, entendemos que a contribuição do autor oferece “abstrações razoáveis” (MARX, 2011) que permitem pensar alguns elementos de prognóstico para a prática jornalística.

Primeiramente, devemos considerar a via que indica a proposta de Genro Filho como ontológica (PONTES, 2015). Quer dizer, está pressuposto, na compreensão de conhecimento do autor, que o jornalismo trata da realidade. Realidade que se consubstancia nas dimensões subjetivas e objetivas da produção dos fatos sociais e da necessária mediação do jornalista para a constituição do conhecimento. Também está implícita, na análise do autor, que o jornalismo oferece uma potência para a liberdade humana, como uma mediação incontornável para um projeto de sociedade diferente da que vivenciamos.

Nesse horizonte, o debate aqui construído endereça a um conjunto de possibilidades elucidadoras da potência crítico-emancipatória do jornalismo que se inscrevem como agenda para a pesquisa e para a práxis. Duayer, Siqueira e Escurra (2013) ressaltam o desafio em assumir a orientação pela ontologia, pois essa escolha significa compreender as fundações sociais das ideias e também as implicações práticas que elas promovem. A crítica adquire o estatuto de crítica ontológica, ou seja, mais do que a mudança do polo

conteudista da informação, deve-se articular forma e conteúdo em transformações capazes de alterar o ser social ao qual os processos de conhecimento se solidificam.

Genro Filho (2012) percebe essa característica do jornalismo, cuja perspectiva crítico-emancipatória está em promover a práxis transformadora dos sujeitos históricos, tarefa que não pode fazer isoladamente. Não se trata, portanto, da tarefa gnosiológica da “verdade” contra a “mentira” (informação *versus* desinformação), mas de alterações substantivas na materialidade das atividades dos sujeitos coletivos em sua vida material e econômica. O jornalismo, ao produzir uma forma de conhecimento cristalizada nos aspectos singulares da realidade social, possui um importante papel na sociedade contemporânea. Sua crise faz parte de um projeto irracionalista que surge como a expressão ideológica da incontrolabilidade do capital.

As TICs, sob a lógica do sistema capitalista, contribuem não só por serem infovias do capitalismo financeiro e da cultura hegemônica do neoliberalismo, mas também por serem disseminadores de um modo de vida hiperindividualista de barbarização da vida afetiva dos seres humanos. Esse ambiente de circulação/produção de informações captura o jornalismo do século XXI, e se quisermos manter sua potencialidade, devemos nos atentar para a formação de uma mediação qualificada entre os sujeitos coletivos que dela necessitam.

Assim, resgatamos a proposta de jornalismo integral de Gramsci (2000), pois cria, satisfaz e desenvolve as necessidades do público, além de fazer parte de um projeto de constituição de outro ambiente cultural direcionado a criar coletivamente, com o suporte das artes e da cultura, fincado nas lutas sociais (em especial de classe), uma nova direção moral e intelectual que avança no ritmo da luta econômica contra o capital (SOUZA, 2021). Estando visível a estratégia de uma transição para outra forma de convívio social, as táticas podem ser inúmeras. Investir na propulsão do jornalismo crítico-emancipatório pode ser uma dessas táticas mais valiosas.

Numa perspectiva estético-expressiva, dialeticamente não apartada do plano ético-político, entende-se ser urgente romper com a lógica da produção jornalística que tem perseguido irrefletidamente as novas formas de circulação de mensagens nas redes socio-técnicas. Fala-se em adaptar o jornalismo para os formatos encabeçados por marcas/oligopólios como Instagram, Twitter, Whatsapp e TikTok, para citar apenas alguns exemplos mais significativos, mas pouco tem sido problematizado sobre a totalidade da lógica capitalista dessas plataformas (e sobre suas consequências para o jornalismo). As formas jornalísticas como propulsoras de uma produção de conhecimento crítico-emancipatório têm sido, assim, sequestradas por outras lógicas de naturezas distintas, sangrando suas possibilidades. Como na metáfora dos cavalos que perseguem, numa pista de corrida, o simulacro mecânico de um pequeno animal, que os guia em alta velocidade até a reta de chegada – o real objetivo do páreo –, o jornalismo não pode seguir seu caminho com um tapume em seu campo de visão e apenas correr desvairadamente atrás da lógica de marketing e de lucratividade das redes – a começar pelo fato de não ser esta uma lógica propriamente sua. Como linguagem e práxis – âmbitos que não se desvinculam –, compreende-se ser necessário reedificar um modo jornalístico de se narrar o mundo a partir de lições e contradições do passado.

Também há de voltar a atenção à própria concepção de “necessidade” do jornalismo como forma de conhecimento. Não é, como disposto pelo sistema de mais-valia, o desenvolvimento de algoritmos que atenda a vontades irrefletidas, irracionais e reificadas de uma maioria – de humanos ou de robôs. Afinal, parafraseando Marx, se conhecimento e senso comum coincidissem, não seria necessária a ciência, a arte e – por que não? – o jornalismo.

Parte da redução de problemas ontológicos a dinâmicas epistemológicas ocorre porque há pouca preocupação com a relação dialética entre quantidade e qualidade, ao tratar do jornalismo em ambiência digital. Quantidade e qualidade apresentam relações dialéticas – como já explicado por Hegel (1995) –, e o aumento da quantidade interfere na qualidade. Porém, um não pode ser reduzido ao outro, sob pena de práticas reificadas. Não é a informação que atrai mais clique aquela que qualitativamente apresenta mais universalidade. “O processo global que serve como critério de qualificação das informações é a própria *história*, dimensão totalizante do ser e do fazer humanos”. Sob esse aspecto, o autor revela a dimensão de conhecimento do jornalismo: “se o singular é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações que ele produz, o critério de valor da notícia vai depender, (contraditoriamente) da universalidade que ela expressar. O singular, portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo” (GENRO FILHO, 2012, p. 81).

Ao abandonar sua capacidade mediadora, o jornalismo deixa de atender à necessidade qualitativa do gênero humano. O mesmo ocorre quando se submete à indústria da cliqueagem, a títulos e a estruturas de textos que atendem prioritariamente às ferramentas de *marketing*, bem como às lógicas de conglomerados que sequestram os momentos de lazer dos trabalhadores. A prática reificada pode também ser ilustrada à redução contemporânea do jornalismo como um “produtor de conteúdos” que somente responderia a determinações formais do sistema.

Isso não significa “vender ilusões” ou esquecer que os trabalhadores jornalistas são submetidos diuturnamente a processos de exploração, assédio, terceirizações e amplo desemprego. Não significa deixar de refletir que muitos dos trabalhadores que buscam exercer o jornalismo de forma crítica não conseguem receber remuneração adequada – muitos até pagam para trabalhar. É entender que os e as jornalistas, como trabalhadores, são explorados no mesmo sistema que engendra a uberização, o desemprego e a precarização; inclusive, com a precarização de cientistas e artistas (para tratarmos de profissões ligadas às formas de conhecimento). Trata-se do mesmo sistema: aquele que organiza o trabalho, o tempo livre, as formas de apropriação da realidade, o cotidiano, a guerra.

Uma das fissuras mais imediatas no estado de coisas contemporâneo está na luta por taxação dos oligopólios infotelecomunicacionais internacionais e nacionais, com o direcionamento de recursos para o financiamento extensivo do jornalismo. Outra possibilidade é o reconhecimento do jornalismo como uma profissão necessária (afinal, até os mais críticos ao jornalismo conhecem e reconhecem parcelas significativas do mundo pelo trabalho das e dos jornalistas) – e, por isso, objeto de políticas públicas de financiamento de Estado (independente de governos). Defendemos, na esteira de Genro Filho, o jornalismo como uma forma de conhecimento socialmente relevante, tal qual a arte e a ciência. Assim

como ocorre nessas áreas, é preciso políticas públicas que garantam qualidade e atendimento à necessidade coletiva.

Novamente com Marx (2011), entendemos que um problema surge quando estão reunidas as condições para solucioná-lo. As tecnologias da informação também trazem a promessa de descentralizar oligopólios midiáticos, reduzir a verticalidade de produtores sobre receptores, acelerar a socialização do conhecimento, aumentar a participação política e tornar o mundo cada vez mais integrado e interdependente. As contradições concretas do engendramento dessas potências ao metabolismo do capital estão postas. Ao exercício de um jornalismo crítico e emancipador, cabe a tarefa de manter a “abertura de sentido”, a história como uma possibilidade da autocriação humana.

Certamente, este desafio não se localiza na cacofonia, na fragmentação, no imediatismo e na fluidez das redes, tal como estão colocadas como projeto capitalista de base monopolista. Pelo contrário, passa-se pela construção de um projeto dialético que possa encontrar vazão nas dimensões ético-política e estético-expressiva das notícias e que as leve a despertar necessariamente para a crítica, para a emancipação e para a solidariedade humana – projeto, este, que também não pode ser edificado de modo apartado da educação de base emancipadora e da retomada do tempo livre qualitativo na vida cotidiana como espaço de alteridade e de reflexão.

## Referências

ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo ESPM*, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 30-89, abr./jun. 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 5. ed. São Paulo: Difel, 1982.

DUAYER, Mario; SIQUEIRA, Andrea Vieira; ESCURRA, Maria Fernanda. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 17-25, jan./jun. 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio*. Volume 1: A Ciência da Lógica. São Paulo: Loyola, 1995.

KARLOVA, Natascha A.; FISHER, Karen E. A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behaviour. *Information Research*, v. 18, n. 1, mar. 2013. Disponível em: < <https://acortar.link/TVcWdM> >. Acesso em: 21 dez. 2021.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

PONTES, Felipe Simão. *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015.

RANIERI, Jesus. *Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, Marcos Paulo da. *A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana*. 2013. 243 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Jornalismo em tempos de desmanche: elementos dominantes, residuais e emergentes. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 67-76, jul./dez. 2021.

THE WORLD BANK. *Global economic prospects*. Washington: The World Bank, 2022.

WEAVER, W. Teoria matemática da comunicação. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Pioneira, 1972. p. 25-37.

**Felipe Simão Pontes**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Integra o Grupo de Pesquisa Jornalismo, Conhecimento e Profissionalização.

**Marcos Paulo da Silva**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Ex-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), na gestão 2019-2021. É líder do Grupo de Pesquisa Cotidiano e Noticiabilidade.

**Rafael Bellan Rodrigues de Souza**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), com pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). É diretor científico da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), nas gestões 2019-2023.